

Informação legislativa e correlatas

Como conceituar?

ROBERTO CAMPOS DA ROCHA MIRANDA

RICARDO DE JOÃO BRAGA

Resumo: O artigo detém-se sobre a discussão conceitual da expressão *informação legislativa* e suas aplicações. Fundado nos estudos publicados até 2020, avalia a relação entre o conceito de informação legislativa com outros tipos de informação, como a informação política, a informação parlamentar, a informação cidadã e a informação eleitoral. Justifica-se o estudo por tratar-se de conceito amplamente utilizado na literatura acadêmica sem que haja real preocupação em conceituá-lo diante de outros tipos de informações diretamente relacionados a ele. Espera-se que o trabalho venha a contribuir para que se considerem objetivamente as possibilidades e a aplicabilidade dos termos no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, bem como permita desencadear outros estudos voltados para termos igualmente utilizados em artigos que tratam do Poder Legislativo. A metodologia emprega a Informativa do termo e seus correlatos e a discussão comparada dos conceitos estudados, apresentando elementos que caracterizam e diferenciam. Os resultados apontam que a informação legislativa é da família da informação política (na qual se incluem também a informação eleitoral e a cidadã) e que tem por espécie a informação parlamentar.

Palavras-chave: Informação legislativa. Informação parlamentar. Informação cidadã. Informação eleitoral. Informação política. Poder Legislativo.

Legislative and related information: how to conceptualize?

Abstract: The article focuses on the conceptual discussion of the term *legislative information* and its applications. It starts from existing studies in literature published until 2020 to assess the relationship between the concept of legislative information and other types of information, namely political information, parliamentary information, citizen information and electoral information. Legislative information is a concept widely

Recebido em 4/9/20
Aprovado em 26/10/20

used in academic literature but there is not any known real concern to conceptualize it in the face of other types of related information, a pitfall that justifies the current study. The article is expected to contribute to a better understanding of possibilities and applicability of the terms within Social and Human Sciences, as well as encourage other studies focused on other terms also used in articles dealing with Legislatures and Legislative Power. The methodology uses the Informetry and the comparative discussion of the studied concepts, presenting elements that characterize and differentiate them. The results show that legislative information belongs to the family of political information (which also includes electoral and citizen information) and has parliamentary information as its species.

Keywords: Legislative information. Parliamentary information. Citizen information. Electoral information. Political information. Legislative Power.

1 Introdução

Os conceitos e as definições em todas as áreas da Ciência contribuem para o entendimento dos objetos pesquisados e, na maioria das vezes, permitem que se tenha a ideia exata ou aproximada do foco do estudo e das formas de avaliação e mensuração dos fenômenos. Nessa linha, identificando-se lacuna de conceitos sobre informação legislativa na literatura, desencadeou-se este estudo.

Gerring (2001, p. 35, tradução nossa) apresenta uma útil discussão sobre conceitos: “A formação de conceitos refere-se à mais básica questão de pesquisa em Ciências Sociais: ‘Sobre o quê nós estamos falando?’”. Assim, *o quê (what question)* é uma pergunta.

Para Gerring (2001, p. 40-60) e Guimarães e Braga (2011, p. 86), um bom conceito deve ser avaliado conforme oito critérios distintos: coerência, operacionalização, validade, utilidade de campo, ressonância, abrangência contextual, parcimônia e utilidade analítica ou empírica. Desse modo, um conceito precisa tanto ser capaz de diferenciar seu objeto de outros quanto ser coerente internamente. Para isso, necessita viabilizar a abordagem de material empírico (quando é o caso), permitindo a identificação de elementos do mundo real, sua mensuração etc. Vale dizer: para Gerring (2001), não se trata de conceitos certos e errados, apenas daqueles que atendem a mais ou a menos critérios.

O conceito de informação legislativa costuma ser utilizado como termo de entendimento comum na literatura das áreas que discutem

questões relacionadas ao Poder Legislativo, mas seu significado é difuso e atende à multiplicidade de situações e necessidades. Ademais, a usual utilização de sinônimos para a expressão em artigos científicos gera a impressão de que os termos são plenamente identificados e caracterizados – o que, contudo, não é correto, pois não se conhecem obras que se limitem a discutir suas acepções essenciais. Diante dessa multiplicidade de significados, na verdade não há um conceito adequadamente construído.

Considerando que os achados sobre informação legislativa levaram à necessidade de distinção de outros tipos de informação correlatos – informação política, informação parlamentar, informação eleitoral e informação cidadã –, optou-se por trazer todos os conceitos, bem como as características identificadas, a fim de constituir um arcabouço epistemológico que permita o entendimento do objeto de estudo por analogia e diferenciação.

Dada a importância do conceito, destacada pela utilização corriqueira em vários trabalhos científicos, é necessário que se precise seu significado. Assim, o artigo detém-se sobre a discussão do termo e suas aplicações. A complexidade e a importância da empreitada apresentam-se desde uma breve inspeção nos dois componentes do conceito: o substantivo informação e seu qualificador legislativa.

O Poder Legislativo como objeto de estudo é complexo e multifacetado. Em artigo de 1975, em obra com pretensões enciclopédicas (“Handbook of Political Science” (GREENSTEIN; POLSBY, 1975)), Polsby (1975) busca conceituar as *Legislatures* – que não apresenta uma tradução para o português sem alguma imprecisão, pois é de fato uma mescla do que conhecemos como Poder Legislativo-função e como Assembleia-organização – e logo apresenta suas dificuldades. Para o autor, pode-se avançar na conceituação de Legislativo sob as

ópticas estruturalista ou funcionalista (POLSBY, 1975, p. 258). Entre suas diversas características estruturais estão a oficialidade, a legitimidade baseada em relações com o povo, a colegialidade, a igualdade formal dos membros, o processo decisório coletivo e a deliberatividade. E entre suas funções estão a produção de leis, a discussão de temas de interesse público, a legitimação do sistema político, a fiscalização e recrutamento de lideranças. Além dessas funções propostas por Polsby (1975), o Poder Legislativo pode ainda contar com grandes aparatos organizacionais de apoio ou estruturas diminutas (GUIMARÃES; SCHWARTZ; WERNECK; MELO, 2015; FISH; KROENIG, 2009). Dessa maneira, vê-se que o termo *legislativo*, como adjetivo que qualifique qualquer substantivo – ou no caso específico de informação legislativa –, aplica-se a uma diversidade de processos, objetos e situações. Assim, a amplitude do termo e sua consequente diversidade de objetos exigem a reflexão e o estabelecimento de conceituações que permitam, dentro da mais básica lógica da Ciência, que se acumule conhecimento: sem precisão conceitual não há mensuração e não se estabelece uma avaliação intersubjetiva consistente.

Informação, como substantivo modificado pelo adjetivo *legislativa*, é importante no âmbito das Ciências da Informação e da Ciência Política. Para a Ciência da Informação, o Legislativo apresenta-se como um objeto sobre o qual ela estende seu método e questionamentos específicos, um campo rico em possibilidades de estudo (MIRANDA, 2012). Interessa nesse caso compreender como a informação é tratada em estruturas organizacionais complexas, como no caso do Legislativo.

Compreender como a informação é produzida, coletada e distribuída dentro do Legislativo também alimenta questões centrais para a Ciência Política, como a qualidade da representação e da democracia e o funcionamento

da vida parlamentar. Para discussões como *accountability*, representatividade, cultura cívica e outras similares, a informação é elemento central de mobilização de juízos e ações tanto da classe política quanto de cidadãos e atores institucionais da sociedade.

Compreender a informação e seu fluxo dentro do Poder Legislativo ajuda também a desvendar as relações entre os Poderes, que se dá por barganhas e posicionamentos, para os quais a informação (sua produção, transmissão e uso) é fundamental. O rastreamento da informação, por exemplo, ajuda a compreender quem tem posição privilegiada e pode auferir ganhos numa barganha. A importância teórica disso é evidente: basta lembrar conceitos como assimetria de informação e custos de transação (MOE, 1984), base da teoria agente-principal e, por essa via, das teorias neoinstitucionalistas do Legislativo (MALTZMAN, 2001; WEINGAST; MARSHALL, 1988; KREHBIEL, 1992; COX; MCCUBBINS, 1993).

Esta pesquisa apresenta levantamento realizado quanto às concepções do termo *informação legislativa* e às suas aplicações, e busca estabelecer um corpo epistemológico que permita o entendimento da *informação legislativa* em suas diversas acepções. A reflexão aqui empreendida leva à conceituação, ainda que embrionária, da expressão e de alguns termos correlatos. Acredita-se que o trabalho venha a contribuir para que se considerem as possibilidades e a aplicabilidade dos termos, de forma rigorosa, no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, bem como estimule novos estudos voltados para outros termos igualmente utilizados em artigos que tratam do Poder Legislativo.

Este artigo organiza-se da seguinte forma: posteriormente a esta Introdução, apresentam-se instrumentos e métodos; depois, o estudo bibliométrico, seguido do contexto epistemológico das informações em questão. Na sequência,

são descritas as variáveis, os conceitos primários e as referências na literatura por tipo de informação; e, por último, considerações finais são apresentadas.

2 Instrumentos e métodos

Em contexto eminentemente bibliográfico, a pesquisa desenvolve-se com base na Informetria (ROBREDO; CUNHA, 1998) – técnica de análise dos dados coletados em termos quantitativos (número de ocorrências) –, bem como na análise de conteúdo (MORAES, 1999), que busca estabelecer referencial conceitual para os termos objeto da pesquisa.

Descrevem-se, a seguir, as etapas do método de pesquisa:

2.1 Preparação das informações

Essa etapa envolveu a busca textual de uso do termo *informação legislativa* (e suas traduções para o inglês e para o espanhol) em bases de dados, de acordo com termos previamente definidos. Incluindo-se os correspondentes em língua inglesa e espanhola, as expressões buscadas foram estas: *informação legislativa*, *informação parlamentar*, *informação cidadã*, *informação eleitoral* e *informação política*.

As bases escolhidas foram: ABI/INFORM Global, Latin American Newsstand, ProQuest Military Collection, ProQuest Political Science, ProQuest Research Library, ProQuest Social Science Journals e Worldwide Political Science Abstracts. Além disso, buscaram-se os mesmos termos no Google Acadêmico®.

As pesquisas iniciais realizaram-se entre janeiro e março de 2013 e enfatizaram a investigação dos conceitos e das definições, e não apenas a de características que apresentassem as propriedades ou as qualificações dos vocábulos,

de forma a avaliar efetivamente a concepção das expressões por distintos autores que delas se valem em seus textos. Observou-se que poucos são os artigos científicos que apresentam algum conceito dos termos estudados, os quais na maioria das vezes são utilizados de forma indistinta para situações muitas vezes contraditórias, sem que haja a preocupação de construir uma taxonomia que estabeleça “família, gênero e espécie” de conceitos, o que gera ambiguidade no entendimento e sentido.

A segunda etapa, realizada em junho de 2014 – e com o apoio da Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, utilizando-se o Catálogo da Rede Virtual de Bibliotecas para acesso às bases Aleph, na Ebsco, Web of Science e Scielo –, consistiu na busca quali-quantitativa de trabalhos que mencionassem *informação legislativa*, *legislative information* e *información legislativa*.

A última etapa, realizada em maio de 2020, encerra as discussões sobre os termos envolvidos, tendo sido atualizada a pesquisa nas bases de dados escolhidas.

2.2 Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades

Nessa fase, buscou-se identificar elementos diferenciadores e significativos de cada termo, a fim de se encontrar um padrão que os caracterizasse como únicos ou de se apontarem sinonímias admissíveis para seus usos.

2.3 Categorização ou classificação das unidades em categorias

Após a identificação dos conteúdos, foi possível estabelecer relações entre eles, em alguns casos indicando hierarquias, em outros, interseções e vinculações.

2.4 Descrição

Cada termo passou a ser descrito e caracterizado, tanto a indicar as variáveis que a ele se relacionam quanto a buscar um conceito operacional que permita sua mensuração.

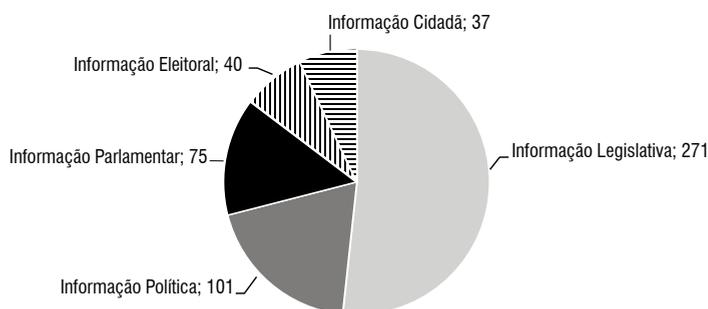
3 Estudo bibliométrico

O levantamento realizado indicou que, entre 1960 e 2020, houve 524 citações dos termos em estudo (com duplicidades eventuais em diferentes

bases de dados), distribuídos conforme o Gráfico 1, que apresenta as ocorrências de menção.

Gráfico 1

Ocorrências dos tipos de informação entre 1960 e 2020

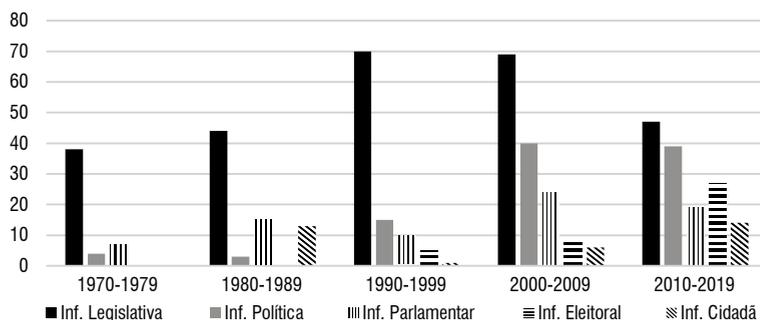


Fonte: elaborado pelos autores.

No Gráfico 2, que pormenoriza o estudo, verifica-se que a produção se diversificou e cresceu com o passar do tempo¹, mas sempre com maior destaque para o termo *informação legislativa*. Chama mais a atenção a produção nas duas décadas mais recentes – entre 2010 e 2019 houve significativa pluralização das obras e queda na produção que trata de informação legislativa, embora esta continue individualmente prevalecendo.

Gráfico 2

Número de obras por tipo de informação – 1970 a 2019



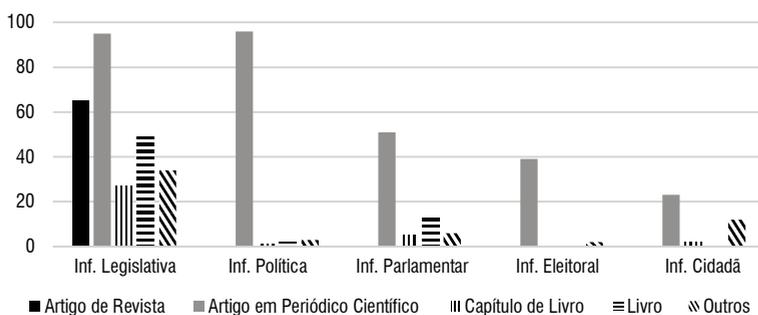
Fonte: elaborado pelos autores.

¹ O levantamento total inicia-se em 1960 e estende-se até 2020. Para padronizar a visualização, nos gráficos apresentam-se dados relativos apenas ao período entre 1970 e 2019. Excluiu-se, assim, um total de seis obras, uma referente à década de 1960 e cinco de 2020.

Quanto ao tipo de suporte bibliográfico (Gráfico 3), apenas *informação legislativa* apresenta uma pluralidade significativa de tipos – artigos em revista, em periódicos científicos, livros e capítulos em livros. Os outros tipos de informação são representados praticamente apenas por artigos em periódicos científicos – tipo prevalecente no universo pesquisado.

Gráfico 3

Número de obras por tipo de suporte e de informação – 1970 a 2019



Fonte: elaborado pelos autores.

Outro ponto importante observado foi a forma como os termos foram tratados nos textos identificados. Não há indicação de conceito dos termos, embora sejam usados como se houvesse consenso sobre seus significados, empregados até mesmo como sinônimos. O quadro a seguir aponta os principais autores identificados que utilizam os termos em mais de uma publicação.

Quadro 1

Autores com mais de um texto publicado com os termos em estudo

Tipo de informação	Autor	Título	Suporte	Ano
Informação Legislativa	Dutra, Yamil e Sousa	<i>Indexação de textos legislativos: a experiência da Subsecretaria de Análise do Senado Federal</i>	artigo de revista	1977
		<i>Automação e formação de uma rede de informação jurídico-legislativa: experiência no Senado Federal</i>	artigo de revista	1983
		<i>Automação e formação de uma rede de informações jurídico-legislativas: experiência no Senado Federal</i>	capítulo de livro	1985
		<i>O legislativo e a informação: uma introdução</i>	capítulo de livro	1985

Tipo de informação	Autor	Título	Suporte	Ano
Informação Legislativa	Dutra, Yamil e Sousa	<i>A informação e a informática na constituinte: Subsecretaria de Análise do Senado Federal</i>	capítulo de livro	1988
		<i>Sistemas de asesoría e información en el Senado Federal brasileiro</i>	capítulo de livro	1994
	Eirão, Thiago Gomes	<i>Sistema de legislação informatizada (LEGIN): uma experiência em gestão da informação jurídica na Câmara dos Deputados</i>	artigo em periódico científico	2013
		<i>A elaboração de projetos de lei: alguns apontamentos à luz da técnica legislativa na Câmara dos Deputados</i>	artigo em periódico científico	2017
	Fagan, Jody Condit	<i>Citizens' access to on-line state legislative documents</i>	artigo em periódico científico	2001
		<i>An accessibility study of state legislative Web sites</i>	artigo em periódico científico	2004
	Griffith, Jeffrey	<i>Conference wrap-up</i>	anais de congresso	1997
		<i>Congress' legislative information systems: THOMAS and the LIS</i>	artigo em periódico científico	2001
		<i>World e-parliament report 2010</i>	livro	2010
	Maia, Agaciel da Silva	<i>O combustível parlamentar</i>	artigo de jornal	2002
		<i>Senado brasileiro no futuro</i>	artigo de jornal	2002
	Nunez, Richard I.	<i>Inappropriate uses of computers in the legislative process</i>	livro	1975
		<i>Usos inadequados de computadores no processo legislativo</i>	capítulo de livro	1976
	Rocha, Marisa Perrone Campos	<i>Estudo sobre o comportamento informacional de parlamentares e assessores legislativos na Câmara Legislativa do Distrito Federal como subsídio à gestão estratégica de informações no processo legislativo</i>	livro	2001
		<i>Desenvolvimento de referencial teórico para um sistema de informações gerenciais (SIG) para parlamentares e assessores na Câmara Legislativa do Distrito Federal: em busca de um modelo conceitual</i>	artigo em periódico científico	2003
Sartor, Giovanni	<i>Legislative XML for the semantic web: principles, models, standards for document management</i>	livro	2011	
	<i>Access to Legislation in the Semantic Web</i>	anais de congresso	2011	
Informação Política	Johnson, Thomas J.	<i>Voices of Convergence or Conflict? A Path Analysis Investigation of Selective Exposure to Political Websites</i>	artigo em periódico científico	2011
		<i>Communication Communities or "CyberGhettos?": A Path Analysis Model Examining Factors that Explain Selective Exposure to Blogs</i>	artigo em periódico científico	2009

Tipo de informação	Autor	Título	Suporte	Ano
Informação Política	Kaye, Barbara K.	<i>From here to obscurity? Media substitution theory and traditional media in an on-line world</i>	artigo em periódico científico	2003
		<i>Research methodology: Taming the cyber frontier – Techniques for improving online surveys</i>	artigo em periódico científico	1999
	Rennó, Lucio	<i>Os militantes são mais informados? Desigualdade e informação política nas eleições de 2002</i>	artigo em periódico científico	2006
		<i>Desigualdade e informação política: as eleições brasileiras de 2002</i>	artigo em periódico científico	2007
Informação Parlamentar	Dutra, Yamil e Sousa	<i>A informação e a informática na constituinte: Subsecretaria de Análise do Senado Federal</i>	capítulo de livro	1988
		<i>O legislativo e a informação: uma introdução</i>	capítulo de livro	1985
	Marcella, Rita	<i>Citizenship information research at the School of Information and Media</i>	artigo em periódico científico	2001
		<i>An exploration of the effectiveness for the citizen of Web-based systems of communicating UK parliamentary and devolved assembly information</i>	artigo em periódico científico	2002
		<i>The Impact of New Technology on the Communication of Parliamentary Information</i>	artigo em periódico científico	2005
		<i>The effectiveness of parliamentary information services in the United Kingdom</i>	artigo em periódico científico	2003
<i>Data collection using electronically assisted interviews in a roadshow – A methodological evaluation</i>	artigo em periódico científico	2003		
Informação Parlamentar	Marcella, Rita	<i>An exploration of the effectiveness for the citizen of Web-based systems of communicating UK parliamentary and devolved assembly information</i>	artigo em periódico científico	2002
		<i>Theoretical and methodological approaches to the study of information need in the context of the impact of new information and communications technologies on the communication of parliamentary information</i>	artigo em periódico científico	2002
	Nações Unidas	<i>World e-parliament report 2012</i>	livro	2012
		<i>World e-parliament report</i>	livro	2008
Informação Eleitoral	Freitas, J. R.	<i>A tutela preventiva como instrumento capaz de garantir o devido processo eleitoral: do caráter não absoluto da liberdade à informação ao controle do conteúdo das fake news</i>	artigo em periódico científico	2018
		<i>A liberdade à informação do eleitor e o seu núcleo de questionamentos: por quê? Para quê? Por quem?</i>	artigo em periódico científico	2018
Informação Cidadã	não há	não há	não há	não há

Fonte: elaborado pelos autores.

4 Contexto epistemológico

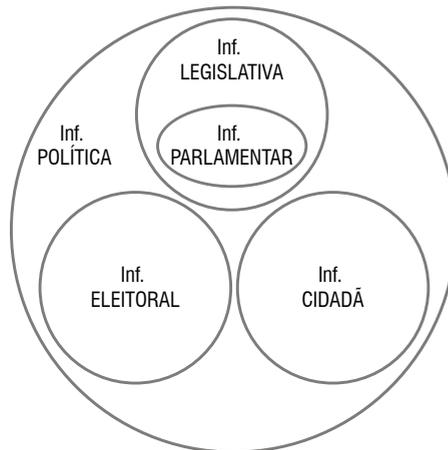
Neste tópico são apresentados os resultados obtidos da busca dos termos de estudo e discute-se cada conceito e suas implicações. Ressalte-se que apenas os artigos que indicavam de forma expressa conceito ou característica da informação em questão foram aqui avaliados e tiveram o termo discutido. Foram excluídos os artigos que apenas utilizavam os termos sem conceituação.

Neste ponto, há que se mencionar a referência ao que se considera informação, entendida como “dados organizados de modo significativo, sendo subsídio útil à tomada de decisão” (MIRANDA, 1999, p. 287). Esse conceito implica associar a informação à tomada de decisão e, por conseguinte, traz em seu escopo a ideia de que a informação atende, necessariamente, a um contexto espaço-temporal. De outra forma, a informação atende a uma tomada de decisão para determinada conjuntura de fatores – pessoas envolvidas, agentes naturais e materiais circundantes, condições limitantes etc. – e para específico universo temporal – passado (histórico), presente (imediatos) ou futuro (preditivo ou prospectivo²).

O que se tem na avaliação preliminar dos termos é o diagrama da Figura 1.

Figura 1

Diagrama de relação preliminar entre os tipos de informação estudados



Fonte: elaborada pelos autores.

² A predição implica utilizar dados e informações do passado para se conformar o futuro desejado ou vislumbrado; a prospecção busca delinear cenários futuros com base em tendências de evolução das principais variáveis que impactam o futuro desejado ou vislumbrado.

O diagrama indica que há relações de união, interseção e hierarquia entre os termos. A mais abrangente é a informação política, que engloba num nível imediatamente inferior a legislativa, a eleitoral e a cidadã. A informação legislativa tem como elemento subordinado a informação parlamentar, que integra seu significado, mas não o esgota.

4.1 Informação legislativa

De acordo com o Gemet Thesaurus (LEGISLATIVE..., [20--?]), a informação legislativa pertence à família da informação das populações, é entendida como informação pública e está voltada para o provimento de conhecimento que leva à proposição, à aprovação e à deliberação de leis, sendo específica para o contexto legal. Por *informação pública* entende-se a informação fatural ou circunstancial fornecida a uma comunidade ou população sem restrições. Ainda segundo o Gemet Thesaurus (LEGISLATIVE..., [20--?]), em outras línguas correspondem a *informação legislativa: información legislativa* (espanhol), *information législative* (francês), *legislative information* (inglês) e *informazione legislativa* (italiano), para citar alguns.

Complementarmente, Passos ([20--?], p. [2]) enfoca a informação legislativa como resultado do processo legislativo nas três esferas de governo, como produto de “proposições legislativas, substitutivos, pareceres, emendas, relatórios, etc.”. Aponta ainda que se diferencia da informação jurídica por não ter caráter impositivo. Na mesma linha, Moura ([20--?], p. 2) agrega ao conceito de informação legislativa “os pronunciamentos parlamentares e os debates ocorridos nos plenários das casas legislativas e das comissões”. Por outro lado, Alarcão (2011) restringe a informação legislativa à Câmara dos Deputados, mas amplia seu escopo como suporte para atividades internas e externas.

Vê-se, pois, que o núcleo da concepção de informação legislativa está relacionado à sua função mais reconhecida: a atividade de produção de leis e seus inerentes debates (à exceção de Alarcão (2011) e, em alguma medida, Moura ([20--?]), que expandem o conceito para atividades de outras naturezas).

Conforme discutido no princípio do artigo, de acordo com a definição de Polsby (1975), vê-se que é algo limitante e reducionista tratar como informação legislativa apenas a relacionada a uma específica função. De fato, o foco apenas na função torna falha a própria definição. Como aponta o mesmo Polsby, a função de produção de leis exclusiva das legislaturas pode mesmo não ser inerente a elas, como em vários casos de assembleias fragilizadas em contextos autoritários.

A atividade legislativa em sua essência refere-se a um processo de produção de leis³, a um padrão de ações que regularmente resulta na promulgação de regras gerais aplicadas sobre uma população. Enquanto esta atividade está inquestionavelmente no coração de toda vida política e assim para muitos propósitos é praticamente uma característica definidora de governo, onde o governo existe, a atividade legislativa não é precisamente sinônima de poder legislativo⁴. [...] Como mais de um observador já apontou, leis – ou ao menos regulações que incorporam sanções por descumprimento com alta probabilidade de aplicação – são algumas vezes produzidas por agências não consideradas poder legislativo, e assembleias frequentemente encon-

³ A palavra *lei* tem ao menos dois significados, caso se considere sua natureza ou sua formalidade jurídica. A natureza é a de norma, obrigação, isto é, imposição unilateral determinada pelo poder político, a qual traz consigo a obrigatoriedade e a probabilidade de coação. Quanto à formalidade jurídica, leis são apenas um dos tipos de normas, que podem ser decretos, leis complementares e ordinárias, normas constitucionais, entre outros exemplos.

⁴ *Legislature* aqui foi traduzida como *Poder Legislativo* – no caso a organização, o ente do Estado. Também se utiliza a palavra *assembleia* para traduzir *legislature*, da mesma forma em referência ao ente estatal.

tram-se engajadas em atividades outras que não a produção de leis. [...] Ocasionalmente surgem confusões naturais entre estudiosos porque às vezes a produção de leis ocorre fora do âmbito do poder legislativo, e por vezes as assembleias realizam outras atividades além da produção de leis⁵ (POLSBY, 1975, p. 258, tradução nossa).

O último período da citação é crítica perfeita à imprecisão do que se entende por *informação legislativa*: seria informação legislativa aquela relacionada à produção de normas numa organização que não o Poder Legislativo, numa agência reguladora ou no Poder Executivo, por exemplo? E as outras atividades não legislativas da organização caracterizariam as informações a ela relacionadas como legislativas?

Parece-nos, a partir de Polsby (1975), que informação legislativa pode ser considerada um gênero de informação, pois abarca diversos elementos. A precisão só seria alcançada caso esse gênero fosse desmembrado nas necessárias espécies. Esse aspecto é corroborado por Miranda, Paz, Cinnanti, Cardoso Filho, Oliveira e Barboza Júnior (2013), que incluem como subespécies de informação legislativa a informação cidadã e, para a democracia, a informação legislativa digital, a informação sobre competências organizacionais no legislativo e a informação para a gestão estratégica legislativa.

⁵No original: “Legislative activity at its core refers to a process of lawmaking, to a pattern of actions which regularly results in the promulgation of general rules having application to some specified population. While this activity is undoubtedly at the heart of all political life and hence for most purposes is virtually a defining characteristic of government, wherever government is found, legislative activity is not precisely synonymous with legislatures. [...] For as more than one observer has pointed out, laws – or at least regulations incorporating sanctions for noncompliance having a high probability of enforcement – are sometimes made through agencies not considered legislatures, and legislatures often find themselves engaged in activities other than lawmaking. [...] There occasionally arises a natural confusion among scholars because sometimes lawmaking is done outside legislatures, and sometimes legislatures do things other than lawmaking”.

No âmbito dos estudos legislativos da Ciência Política, Krehbiel (1992) alçou ao primeiro plano a problematização da informação. Segundo ele, a estrutura organizacional do Legislativo objetiva principalmente produzir e distribuir eficientemente informação para seus membros, pois o grande desafio da política é transformar ideias e projetos em realidades concretas, o que exige informação adequada para o melhor posicionamento político dos parlamentares. No Brasil, a transposição dessas reflexões deu-se sobretudo com os trabalhos de Santos (2014), Santos e Almeida (2011, 2005) e Santos e Canello (2016), aplicando-a à dinâmica do presidencialismo de coalizão e à estrutura e funcionamento do Poder Legislativo.

4.2 Informação parlamentar

A informação parlamentar envolve o domínio sobre as escolhas, as decisões e as políticas adotadas pelo governo de forma que se possam criticar e propor alternativas adequadas às necessidades da população (MILLER; PELIZZO; STAPENHURST, 2004). Gilbert (1997) reforça que a informação parlamentar é gerada por parlamentares e por aqueles que interagem com eles. Nesse caso, a falta de informação daquele tipo leva a uma assimetria da informação por parte dos parlamentares, que passam a produzir leis com base em informações incompletas ou até mesmo sem informação. A informação parlamentar deve ser estruturada em formato adequado ao processamento eletrônico, bem como “ser facilmente reutilizada e analisada por cidadãos, sociedade civil, setor privado e governo” (DECLARATION..., [2012?], p. 42, tradução nossa). A Declaração do Parlamento Aberto estabelece em seu escopo quatro áreas que sinalizam os tipos de informação parlamentar a serem obtidos para que o Parlamento atue de forma efetiva, conforme se apresenta no Quadro 2.

Quadro 2

Escopo e objetivos da informação parlamentar para a Declaração do Parlamento Aberto

Escopo	Objetivo informacional
Promover uma cultura de abertura	<ul style="list-style-type: none"> · Reconhecer o público como proprietário da informação parlamentar · Avançar na cultura da abertura da informação por meio de legislação adequada · Proteger uma cultura de abertura por meio da supervisão das ações do governo · Promover a educação para a democracia · Envolver e engajar cidadão e sociedade civil · Partilhar boas práticas com legislativos internos (estaduais e municipais) e externos (outros países) · Garantir recurso legal para que cidadãos tenham acesso à informação parlamentar · Disseminar informação completa · Prover informação tempestiva · Garantir informação acurada
Tornar a informação parlamentar transparente	<ul style="list-style-type: none"> · Adotar políticas de transparência parlamentar · Prover informações sobre papéis e funções do Parlamento · Prover informações sobre os membros do Parlamento, tais como: partido de filiação, mandato eleitoral, papéis no Parlamento, identidade do pessoal de apoio etc. · Prover informação sobre o pessoal de apoio ao Parlamento e sobre a administração legislativa · Informar aos cidadãos a agenda parlamentar · Engajar e envolver os cidadãos nos projetos de leis · Publicar registros de reuniões de comissões · Registrar os votos dos parlamentares · Publicar registros das audiências plenárias · Publicar registros criados ou requisitados pelo Parlamento · Prover informação sobre orçamentos e gastos · Informar sobre o patrimônio dos parlamentares para garantir sua integridade · Informar sobre conduta antiética ou de potenciais conflitos de interesse · Prover acesso à informação histórica
Facilitar o acesso à informação parlamentar	<ul style="list-style-type: none"> · Prover múltiplos canais de acesso à informação · Garantir o acesso físico à informação · Garantir acesso da mídia (jornalistas e observadores independentes) · Prover acesso em tempo real, por meio de uso de tecnologias da informação (como a internet, por exemplo), à atuação parlamentar · Facilitar o acesso à informação parlamentar em todo o País · Usar linguagem acessível a toda a população · Usar linguagem de trabalho ou linguagens que atendam aos diversos rincões do País · Assegurar livre acesso à informação
Habilitar comunicação eletrônica da informação parlamentar	<ul style="list-style-type: none"> · Prover informação em formato aberto e estruturado · Garantir usabilidade tecnológica para a informação disponibilizada · Proteger a privacidade dos cidadãos · Utilizar formatos não proprietários e <i>softwares</i> livres · Permitir possibilidade de baixar informações dos bancos de dados e sites para reuso · Manter websites parlamentares · Utilizar mecanismos de busca fáceis e estáveis · Integrar informação relacionada · Habilitar serviços de uso e alertas · Facilitar a comunicação em duas vias (parlamentar-cidadão e cidadão-parlamentar)

Fonte: adaptado de Declaration... ([2012?]).

Embora o título do seu trabalho contenha a expressão *informação legislativa*, Queiroz (2007, p. 16) conceitua somente a informação parlamentar, afirmando que “é o instrumento que o Poder Legislativo usa para fazer a mediação entre a sociedade e o Estado na definição de políticas públicas”.

Um primeiro elemento para problematizar o termo *parlamentar* é a distinção entre os sistemas de governo (CINTRA, 2007): parlamentarismo e presidencialismo. O formato institucional dos governos surgidos no Ocidente após as revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII baseou-se de alguma forma no princípio da divisão de Poderes. Os grandes nomes do pensamento ligados a tal movimento são Locke (2006) e Montesquieu (2007), e a aplicação clássica e paradigmática dos princípios ocorreu nos Estados Unidos da América (EUA), em que o marco é a obra *O Federalista* (HAMILTON; MADISON; JAY, 2003).

Uma tendência da nomenclatura (FISH; KROENIG, 2009) é associar o termo *Parlamento* a sistemas parlamentaristas e outras denominações a sistemas presidencialistas. Contudo, essa associação parece não trazer rendimentos explicativos significativos, uma vez que presidencialismo e parlamentarismo se apresentam como extremos de um *continuum* – e não como categorias homogêneas e excludentes –, em que há um sem-número de características que compõem uma ampla zona cinzenta no espaço intermediário. Desse modo, deduzir um plexo de características de um sistema político apenas pela denominação de sua Casa Legislativa não se mostra razoável.

Parlamento (*Parliament*) tem destaque na língua inglesa por denominar a Casa Legislativa do Reino Unido (*UK Parliament*), composta pela Câmara dos Lordes e pela Câmara dos Comuns (*House of Lords* e *House of Commons*, respectivamente), posição que lhe permitiu di-

fundir o termo. De fato, os trabalhos de Rita citados no Quadro 1 mostram que *parliamentary* é equivalente ao que usaríamos em português para *legislativo*, o que demonstra a influência da experiência do Reino Unido e a familiaridade entre os dois termos.

Nos EUA, a Casa Legislativa denomina-se Congresso (*Congress*), que se compõe de Senado (*Senate*) e Câmara dos Deputados (*House of Representatives*). Deve ser considerado também o termo *assembleia*, que se aplica a Casas Legislativas individuais, como na França (*Assemblée Nationale*), ou à instituição que engloba todo o poder representativo, como na Costa Rica (*Asamblea Legislativa*)⁶.

Em princípio, o adjetivo *parlamentar* relaciona-se à atividade mais conspícua do Legislativo, que é debater e deliberar, e à estrutura física do local que recebe tais atividades, o Parlamento. Como substantivo, refere-se ao político eleito para o Legislativo, chamado *parlamentar*. Isso dá a entender, por exemplo, uma busca na base bibliográfica da Biblioteca da Câmara dos Deputados. Exemplos clássicos do uso do termo *parlamentar* são *mandato parlamentar* e *atuação parlamentar*, que se referem ao sujeito e à sua ação⁷. No Brasil, costuma-se utilizar o termo *parlamentar* para tratar deputados e senadores, mas *Parlamento* não se utiliza tão frequentemente para referir-se à Casa Legislativa.

O termo *legislativo*, por sua vez – seja como adjetivo, seja como substantivo –, tem caráter bem mais amplo (já discutido em seção anterior) e engloba as acepções de *parlamentar*

⁶ Fish e Kroenig (2009, p. 14) apresentam as denominações originais e suas traduções inglesas para 158 países, e os termos *Parliament*, *Assembly* e *Congress* são os mais abundantes para denominar as Casas Legislativas.

⁷ A busca de livros e capítulos de livros com o termo *parlamentar* no título retorna 1.551 registros na rede virtual de bibliotecas da Câmara dos Deputados (acesso em 9 de novembro de 2015).

aqui discutidas. Na versão original da obra de Locke (2010) são frequentes os termos *legislative* e *legislature*, ao passo que *Parliament* é mais escasso e *parliamentary* está ausente.

4.3 Informação cidadã

Para Miranda, Paz, Cinnanti, Cardoso Filho, Oliveira e Barboza Júnior (2013, p. 327), a informação cidadã cria maiores condições para que a sociedade participe das decisões nacionais, “por meio do acesso a documentos e outros suportes informacionais disponibilizados pelas Casas Legislativas”. Porém, Bucci (2003) explicita somente o que é informação cidadã, focando sua utilidade na possibilidade de seu uso pelos cidadãos para a garantia de seus direitos. O autor não informa quais direitos (constitucionais ou outros) são contemplados, mas enfatiza seu uso nos processos de conscientização e de exercício dos direitos pelos cidadãos.

A discussão clássica sobre cidadania foi proposta pelo sociólogo Marshall (1967, 2002), com sua divisão substantiva e cronológica de direitos na Inglaterra: direitos civis consolidados no século XVIII, políticos no XIX e sociais no XX.

Na linha do que apresentam Miranda, Paz, Cinnanti, Cardoso Filho, Oliveira e Barboza Júnior (2013) e Bucci (2003), cidadania pode ser vista sob uma ótica funcional, isto é, a implementação do direito pelo interessado e os processos de buscá-lo. Nesse sentido, é o uso da informação para a garantia da efetivação dos direitos. Por outro lado, aproveitando-se diretamente de Marshall (2002), há também uma perspectiva das instituições que implementam a cidadania. Haveria uma instituição mais diretamente relacionada a cada um dos feixes de direito: para os direitos civis, os tribunais de justiça; para os políticos, o Parlamento; e para os sociais, o sistema educacional e os serviços sociais (MARSHALL, 2002, p. 9).

Uma breve visita a bases bibliográficas com a palavra-chave *cidadania*⁸ indica que é extenso e diversificado o corpo de trabalhos identificados com o termo, comprovando que na prática acadêmica ele circunscreve uma ampla gama de temas e discussões: navegam não apenas por todo o espectro de direitos, mas também pelas ações e instituições que os promovem.

Pode-se concluir que o termo *cidadania* também é genérico e necessita de maior especificação para que se possa apreender seu sentido de forma adequada, tanto numa perspectiva funcionalista do uso dos direitos quanto em sua própria natureza ou nas instituições que os promovem.

4.4 Informação eleitoral

A Unesco (BATISTA, 2003) entende a informação eleitoral como instrumento para aprimorar a democracia ao permitir a boa governança. O princípio reside na transparência – ou seja, se há transparência, há boa governança, e esta leva à democracia plena. Tal informação envolve a indicação do candidato ao cargo público, sua região ou sessão eleitoral e a quantidade de votos obtidos.

A discussão sobre eleições com base na Ciência Política é bastante vasta. Refere-se aos sistemas eleitorais, isto é, como se vota e como se agregam os sufrágios para fins de distribuição da representação política. Trata-se dos sistemas majoritário, proporcional e misto, bem como de suas variações (NICOLAU, 2004). Englobam todos os elementos da ação eleitoral: como se organizam candidatos, partidos e eleitores para efetivar o processo da representação política

⁸ A busca de livros e capítulos de livros com o termo *cidadania* no título retorna 1.181 registros na rede virtual de bibliotecas da Câmara dos Deputados, composta por 12 instituições públicas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário (acesso em 6 de novembro de 2015).

(formatos de voto, se em um candidato ou em vários em listas; presença de coligações; montagens de chapas, estratégias de campanha etc.).

Mais recentemente surgiu também, dentro da temática eleitoral, a questão da governança eleitoral, referida ao complexo de instituições que regulam o processo eleitoral e que têm importância como elementos causais dos resultados. Tarouco (2012, p. 3) assim exemplifica a governança eleitoral: “Os órgãos encarregados de administrar os processos eleitorais, os canais de solução de conflitos, as regras sobre elegibilidade, sobre elaboração legislativa, sobre financiamento e recrutamento partidário”.

A mesma autora, baseada em Mozaffar e Schedler, também explica que

[há] três níveis em que a governança eleitoral opera: *rule making, rule application, and rule adjudication*. No primeiro ocorre a elaboração das normas que devem reger o processo eleitoral, é o processo legislativo. No segundo, ocorre a condução do processo eleitoral em si e a organização das atividades envolvidas nas eleições – seria a administração das eleições. No terceiro nível são processados os conflitos entre os atores, acolhidas as queixas e decididos os litígios – seria o processo de adjudicação (TAROUCO, 2012, p. 4).

Assim, em princípio, poder-se-ia aplicar *informação eleitoral* a uma série de fenômenos, de modo que o posicionamento da Unesco (BATISTA, 2003) não chega a ser uma conceituação de informação legislativa, mas apresenta-se como uma agregação, em nível bastante amplo, dos resultados derivados do uso da informação legislativa, que desembocam (como uma possibilidade entre outras) em boa governança e desenvolvimento da democracia. A rigor, a preocupação da Unesco é funcional, pois diz respeito aos resultados da informação eleitoral – embora, à primeira vista, tal

resultado dependa de diversas outras variáveis intervenientes, como cultura cívica, presença de instituições e acesso a elas etc.

O tema eleitoral, considerada a citação anterior de Tarouco, engloba também aspectos legislativos, especificamente o processo de formulação de leis que impactam as ações eleitorais. Verifica-se, pois, que *informação eleitoral* deve ser considerada um gênero, o qual precisa expandir-se com base na definição de suas necessárias espécies.

4.5 Informação política

A informação política é entendida como a informação fornecida para atingir um grupo social particular, com o objetivo de influenciar sua opinião. Com efeito, “a informação política é oferecida ao público pelos meios de comunicação – imprensa, rádio, televisão – que costuma reservar aos assuntos especificamente políticos” (JESUS, 2012). Trata-se de recurso valioso, já que pode influenciar “potencialmente a preferência política de muitas pessoas”, apresentando o risco de ser manipulada e transmitir ideias falsas ou errôneas (INFORMAÇÃO..., [20--?]). Reforçam esse pensamento Huckfeldt, Beck, Dalton e Levine (1995, p. 1.025, tradução nossa) ao afirmarem que a “informação política é produzida como consequência das preferências individuais”, num ambiente de múltiplas e divergentes opiniões.

Tanto McGinnis (2012) quanto Tasic (2010) advogam que a informação política gera ignorância nos cidadãos por motivos diversos: para o primeiro, a obtenção de informação política é dispendiosa para o cidadão (posição corroborada por Berggren (2001)) e improdutiva, visto que é usada para guiar uma votação. Em ambos os casos, o cidadão prefere utilizar tempo e dinheiro na obtenção de informação que julga

mais importante e fica sujeito a informações equivocadas (e, muitas vezes, manipuladas) pelo candidato, o que é reforçado por Tasic (2010).

Na mesma linha, Barros, Bernardes e Rodrigues (2012) vinculam a informação política à comunicação e consideram sua importância para a democracia e para a cidadania, indicando vínculo desse tipo de informação com a informação cidadã.

A informação política vincula-se à informação parlamentar: há uma tendência de se falar do Parlamento mais sob a ótica política que sob a institucional (PARLIAMENTARY ASSEMBLY, 1994). Heitshusen (2000, p. 160), trabalhando com o conceito de grupos de interesse (*lobby*), complementa apontando a visão de Sabatier e Whiteman (1985, p. 397, tradução nossa), diferenciando informação *política* – “informação sobre a posição de outros atores políticos no contexto legislativo e impacto da legislação sobre reeleição e perspectivas de carreira” – e informação *sobre política* – que inclui “informações sobre o conteúdo real das alternativas legislativas propostas, a dimensão e as causas dos problemas que elas buscam resolver, [bem como] de seus prováveis efeitos sobre a sociedade”. A esta última tipologia, Heitshusen (2000) também denomina *informação técnica*, que, em sua visão, não é isenta ou voltada para a melhor política pública, mas pode, ao contrário, ser manipulada pelos legisladores em seu próprio interesse, buscando auferir ganhos. Por outro lado, denomina a informação política também como *informação de consequência eleitoral* e a qualifica como a informação representativa dos interesses de um grupo que elege um parlamentar que o represente no Parlamento.

De toda sorte, observando-se as características apresentadas pelos autores considerados, a tendência é a de que a informação política

seja a partilhada entre políticos e a população (KU; KAID; PFAU, 2003).

Dos termos estudados até aqui, *política* é o que se apresenta como mais amplo, e as diversas aplicações do termo *informação política* o comprovam. Sob a ótica da Ciência Política, Schmitter (1982, p. 30) propõe a discussão do que seja política como conceito e objeto de estudo:

A política pode ser definida como:

I – Suas “instituições”, pelo quadro social concreto e estabelecido dentro do qual participam os atores.

II – Seus “recursos”, pelos meios utilizados pelos atores.

III – Seus “processos”, pela atividade principal à qual se consagram os atores.

IV – Sua “função”, pelas consequências da sua atividade para a sociedade global de que faz parte.

Conforme esta tipologia geral, corresponderiam quatro definições específicas de campo de investigação da política:

I – Instituição: “Estado ou Governo”.

II – Recurso: “Poder, Influência ou Autoridade”.

III – Processo: “Decision-making” ou “Policy-formation” (formulação de decisões sobre linhas de conduta coletiva).

IV – “Resolução não violenta de conflitos”.

A definição de Schmitter é suficiente por si só para apontar a variedade de significados que o termo *política* pode ter, o que leva à consequente imprecisão do conceito de informação política quando não especificado. Tomada a Ciência Política como referência hierárquica para a organização das expressões *informação eleitoral*, *cidadã*, *parlamentar*, *legislativa* e *política*, pode-se inferir que *informação política* congrega as demais categorias, com *informação*

eleitoral, *cidadã* e *legislativa* num primeiro nível, e *parlamentar* num segundo, abaixo de *legislativa*. A figura abaixo representa essa hierarquia.

Figura 2

Árvore da família Informação Política



Fonte: elaborada pelos autores.

A análise dos textos que tratam dos diversos tipos de informação – assim como sua análise à luz de conceitos da Ciência Política – mostra que os conceitos de *informação* são definidos de forma precária ou mesmo não se definem. Considerada a pesquisa empírica, em que os conceitos devem transformar-se em variáveis operacionais (construtos), tem-se clareza da magnitude dessa fragilidade conceitual, pois não há rigor suficiente para construir conceitos e identificar variáveis e construtos operacionais sem lugar à dúvida.

5 Considerações finais

Considerando o estudo realizado, é possível esquematizar a relação entre o tipo de informação, as características encontradas na literatura e aquilo que neste artigo se consideram *conceitos primários*, que são as referências imediatas que se compreendem para cada um dos tipos de informação, as quais servem como referenciais para especificações posteriores. Ressaltam-se, ainda, as variáveis consideradas para cada tipo de informação conceituada e que trazem elementos que permitam efetivamente diferenciar os aspectos de aplicação de cada termo.

Como se pode notar no Quadro 3, são apresentadas na coluna *Referências na literatura* as obras tomadas como base para a discussão dos conceitos primários. Em alguns casos, as obras norteiam a produção de conceitos, em outros apresentam posições restritas ou imprecisas. Todo o material, contudo, ganha sentido em conjunto, pois permite a consolidação dos referenciais próprios de cada tipo de informação, além de iluminar suas fronteiras e zonas de sobreposição.

Assim, a informação legislativa tem seu conceito ligado principalmente ao processo e ao resultado das atividades atribuídas ao Poder Legislativo, estando vinculada à organização, à estrutura e ao funcionamento desse Poder e no próprio processo legislativo.

Por sua vez, a informação parlamentar é *intuitu personae*, ou seja, são as informações geradas e partilhadas por parlamentares de acordo com seus interesses, conveniências e necessidades. É a informação distribuída por parlamentares e assessores e que se inclui na informação legislativa, por ter sua origem vinculada ao processo legislativo. Dos termos em inglês, *parliamentary* é em boa medida sinônimo de *legislative* em português.

A informação eleitoral tem sua identidade exclusivamente ligada à relação entre parlamentar e eleitor. Seu objetivo maior é informar sobre o processo eleitoral, as características do candidato, a forma de escolha etc., com o fito de auxiliar o eleitor quanto à escolha do candidato que melhor o representa.

A informação cidadã, por sua vez, está voltada para os aspectos do exercício dos direitos do cidadão e as implicações no contexto social.

Por fim, a informação política é abrangente dada sua natureza de abarcar todos os assuntos que envolvem o significado de “política” em todos os contextos, incluindo as questões de cultura política, sociedade, órgãos públicos, entre outras. Trata-se da “matriarca” da família de termos estudados.

Quadro 3

Variáveis, conceitos primários e referências na literatura por tipo de informação

Tipo de informação	Referências na literatura	Conceitos primários	Variáveis
Informação legislativa	<ul style="list-style-type: none"> · Resultado do processo legislativo (PASSOS, [20--?]; KREHBIEL, 1992). · Não tem caráter impositivo (PASSOS, [20--?]), diferenciando-se da informação jurídica. · Relaciona-se tanto com a função legislativa quanto com a estrutura dos órgãos que lhe dão realidade (POLSBY, 1975). · Informação relativa ao exercício da soberania, à fundamentação do poder político (LOCKE, 2010). 	<ul style="list-style-type: none"> · Informação ligada ao órgão estatal definido pelo Poder Legislativo. · Informação relacionada à produção de normas e políticas públicas. · Informação relacionada à fonte da soberania nas repúblicas e democracias. 	<ul style="list-style-type: none"> · Regras de composição das assembleias; composição das assembleias por variáveis demográficas, sociais, econômicas etc. · Regras formais e informais de funcionamento das assembleias. · Tipos de estruturas organizacionais das assembleias. · Prerrogativas dos parlamentares e do Poder Legislativo. · Relação do Poder Legislativo com os outros poderes.

Tipo de informação	Referências na literatura	Conceitos primários	Variáveis
Informação parlamentar	<ul style="list-style-type: none"> Instrumento do Poder Legislativo para mediar a sociedade e o Estado na definição de políticas públicas (QUEIROZ, 2007). Informação independente para entender as escolhas, as políticas e as decisões do governo (MILLER; PELIZZO; STAPENHURST, 2004). Informação gerada por parlamentares e por quem interage com eles (GILBERT, 1997). 	<ul style="list-style-type: none"> Informação referida ao membro do Poder Legislativo. Informação ligada à prática de apresentação, debate, negociação e deliberação de propostas no Poder Legislativo. 	<ul style="list-style-type: none"> A informação parlamentar é espécie da informação legislativa.
Informação eleitoral	<ul style="list-style-type: none"> Ação de políticos e partidos em relação ao eleitor (BATISTA, 2003). Formas de apresentação de candidatos e de votação e escolha de representantes (NICOLAU, 2004). Instituições de organização e controle das eleições (TAROUÇO, 2012). 	<ul style="list-style-type: none"> Informação sobre os processos de escolha de representantes e autoridades via eleições, sejam informações para os que tomam as decisões, sejam para os que se apresentam para os pleitos como candidatos. Informações sobre as instituições de organização e controle das eleições. 	<ul style="list-style-type: none"> Número de votos no tempo; votos por cargos e candidatos; distribuição de votos por variáveis geográficas, demográficas, sociais, econômicas. Votações em referendo e plebiscito; temas de referendo e plebiscito. Características dos sistemas eleitorais, como regras de apresentação de candidatos, votação e agregação de votos; características, prerrogativas e funções dos órgãos responsáveis pelas eleições.
Informação cidadã	<ul style="list-style-type: none"> Ajuda as pessoas a tomarem consciência de direitos (BUCCI, 2003). Relativa aos direitos civis, políticos e sociais e aos órgãos que lhe dão concretude (MARSHALL, 1967). 	<ul style="list-style-type: none"> Informação relacionada ao exercício de direitos e às instituições que os promovem. 	<ul style="list-style-type: none"> Rol de direitos; história dos direitos; indicadores do efetivo exercício dos direitos; exercício dos direitos por variáveis demográficas, sociais, econômicas etc.
Informação política	<ul style="list-style-type: none"> Resposta correta sobre conhecimento político (SCHMITTER, 1982). Informação social que é gerada para influenciar decisões de outras pessoas ou seu grupo político (THE VALUE..., 2009). Oferecida por meios de comunicação-imprensa (BLÁSQUEZ, 1999 apud JESUS, 2012). Formas de influência sobre o poder político (HEITSHUSEN, 2000). Informações sobre Estado, Governo, Poder, Influência, Autoridade, Formulação de Políticas Públicas e Solução Pacífica de Conflitos (SCHMITTER, 1982). 	<ul style="list-style-type: none"> Informação sobre a ordem social definida pelas relações políticas formais: como os distintos poderes, seus órgãos, membros, prerrogativas; e informais: redes de influência, cultura política. Informação sobre processos decisórios em órgãos políticos. 	<ul style="list-style-type: none"> A informação política é a mais ampla e engloba todas as outras.

Fonte: elaborado pelos autores.

Ao finalizar o estudo, estabelecem-se para os tipos de informação os seguintes conceitos:

a) informação política é toda informação relacionada aos aspectos formais e informais que envolvem a política numa nação, abrangendo a informação legislativa, a informação eleitoral e a informação cidadã;

b) informação legislativa é gênero da informação política e oriunda do Poder Legislativo e,

por consequência, do processo legislativo; tem por espécie a informação parlamentar, gerada pelo parlamentar no exercício de suas funções;

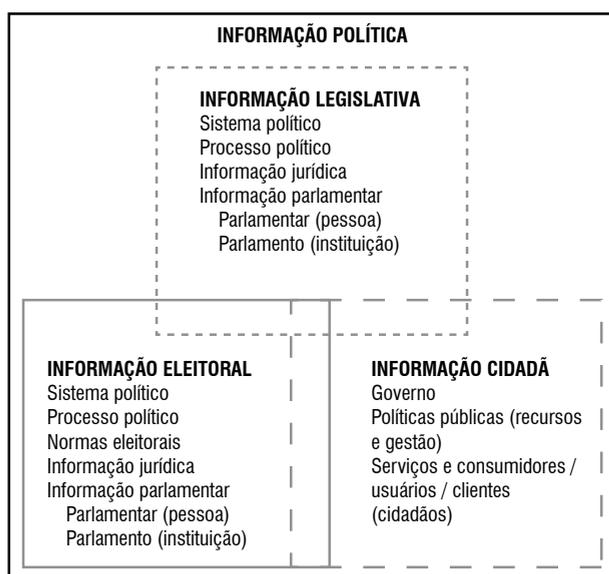
c) informação eleitoral é gênero da informação política e compõe-se de informações relevantes sobre o processo eleitoral, os candidatos, as características e plataformas, e de informações que auxiliam o eleitor na tomada de decisão sobre qual candidato melhor o representa;

d) informação cidadã é a informação voltada para os direitos do cidadão e suas implicações para o processo político, sendo também gênero da informação política.

De forma didática, apresenta-se na Figura 3 o diagrama que mostra as questões privativas de cada informação, bem como seus elementos de interseção.

Figura 3

Características individualizadas e interseções entre as informações estudadas



Fonte: elaborada pelos autores.

Sobre os autores

Roberto Campos da Rocha Miranda é doutor e mestre em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil; pós-graduado em Psicologia Clínica pela Universidade de Araraquara, Araraquara, SP, Brasil; pós-graduado em Administração de Recursos Humanos no Setor Público pela Universidade Cândido Mendes, Brasília, DF, Brasil; professor do programa de pós-graduação do Cefor da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, Brasil; analista legislativo da Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Brasília, DF, Brasil.

E-mail: roberto.rocha@camara.leg.br

Ricardo de João Braga é doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil; mestre em Ciência Política pela Universität Siegen, Siegen, Nordrhein-Westfalen, Alemanha; pós-graduado em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, DF, Brasil; professor do programa de pós-graduação do Cefor da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, Brasil; analista legislativo da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, Brasil.
E-mail: ricardo.braga@camara.leg.br

Como citar este artigo

(ABNT)

MIRANDA, Roberto Campos da Rocha; BRAGA, Ricardo de João. Informação legislativa e correlatas: como conceituar? *Revista de Informação Legislativa: RIL*, Brasília, DF, v. 58, n. 230, p. 85-109, abr./jun. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/230/ril_v58_n230_p85

(APA)

Miranda, R. C. da R., & Braga, R. de J. (2021). Informação legislativa e correlatas: como conceituar? *Revista de Informação Legislativa: RIL*, 58(230), 85-109. Recuperado de https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/230/ril_v58_n230_p85

Referências

ALARCÃO, Cláudia Marisa de Aquino. *A gestão da informação legislativa na Câmara dos Deputados*. 2011. Monografia (Especialização em Gestão Pública Legislativa) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/10231>. Acesso em: 24 mar. 2021.

BARROS, Antonio Teixeira de; BERNARDES, Cristiane Brum; RODRIGUES, Malena Rehbein. Comunicação pública, participação social e representação política: a experiência recente da Câmara dos Deputados. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ULEPICC-BRASIL*, 4., 2012, Rio de Janeiro. [Anais]. Rio de Janeiro: ULEPICC, 2012. Disponível em: http://www.rscomunica.com.br/ulepicc/pdf/gt2/BARROS,_BERNARDES,_RODRIGUES_comunicacao_publica,_participacao_social_e_representacao_politica.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.

BATISTA, Carlos. *ICTs and good governance: the contribution of information and communication technologies to local governance in Latin America*. Brasília, DF: Universidade de Brasília; Paris: Unesco, 2003.

BERGGREN, Heidi M. Institutional context and reduction of the resource bias in political sophistication. *Political Research Quarterly*, [s. l.], v. 54, n. 3, p. 531-552, Sept. 2001. DOI: <https://doi.org/10.1177/106591290105400303>.

BUCCI, Eugênio. O que é uma informação cidadã. [Entrevista concedida a] Rosângela Gil. *Boletim NPC*, Santos, out. 2003. Disponível em: <http://piratininga.org.br/entrevistas/bucci-cidada.html>. Acesso em: 24 mar. 2021.

CINTRA, Antônio Octávio. Presidencialismo e parlamentarismo: são importantes as instituições? *In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). Sistema político brasileiro: uma introdução*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. Unesp, 2007. p. 37-59.

COX, Gary W.; MCCUBBINS, Mathew D. *Legislative leviathan: party government in the House*. Berkeley: University of California Press, 1993. (California Series on Social Choice and Political Economy, 23).

DECLARATION on Parliamentary Openness: provision commentary. [S. l.]: OpeningParliament.org, [2012?]. Disponível em: <http://www.openingparliament.org/static/pdfs/commentary-20120914.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021.

FISH, M. Steven; KROENIG, Matthew. *The handbook of national legislatures: a global survey*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2009.

GERRING, John. *Social science methodology: a criterial framework*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2001.

GILBERT, Catherine. *Providing information to parliaments: current trends in the online provision of information to members of parliament in Australia*. Canberra: Parliamentary Library, 1997. Disponível em: <http://conferences.alia.org.au/online1997/proceedings/onl205.html>. Acesso em: 14 jan. 2013.

GREENSTEIN, Fred I.; POLSBY, Nelson W. (ed.). *Handbook of political science: governmental institutions and processes*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1975. v. 5. (Addison-Wesley Series in Political Science).

GUIMARÃES, André Sathler; BRAGA, Ricardo de João. Legística: inventário semântico e teste de estresse do conceito. *Revista de Informação Legislativa: RIL*, Brasília, DF, v. 48, n. 191, p. 81-97, jul./set. 2011. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242910>. Acesso em: 24 mar. 2021.

GUIMARÃES, André Sathler; SCHWARTZ, Fabiano Peruzzo; WERNECK, Juliana de Souza; MELO, Maria Raquel Mesquita. Strategic management in legislative public management: a comparative perspective. *International Business and Management*, [Quebec], v. 11, n. 1, p. 13-24, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.3968/7201>. Disponível em: <http://www.cscanada.net/index.php/ibm/article/view/7201>. Acesso em: 24 mar. 2021.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *O federalista*. Tradução de Hiltomar Martins Oliveira. Belo Horizonte: Líder, 2003. (Clássicos do Direito).

HEITSHUSEN, Valerie. Interest group lobbying and U.S. House decentralization: linking informational focus to committee hearing appearances. *Political Research Quarterly*, [s. l.], v. 53, n. 1, p. 151-176, Mar. 2000. DOI: <https://doi.org/10.1177/106591290005300108>.

HUCKFELDT, Robert; BECK, Paul Allen; DALTON, Russell J.; LEVINE, Jeffrey. Political environments, cohesive social groups, and the communication of public opinion. *American Journal of Political Science*, [s. l.], v. 39, n. 4, p. 1.025-1.054, Nov. 1995. DOI: <https://doi.org/10.2307/2111668>.

INFORMAÇÃO política. In: WIKI Utilitarismo Prático. [S. l.]: Fandom, [20--?]. Disponível em: http://pt-br.utilitarismopratico.wikia.com/wiki/Decis%C3%B5es_pol%C3%ADticas. Acesso em: 24 mar. 2021.

JESUS, M. Jornalismo político na vida acadêmica. In: ÍRIS NETO. *Atuação 2012*. Pelotas, 10 out. 2012. Disponível em: http://atuacao20122.blogspot.com.br/2012_10_01_archive.html. Acesso em: 13 ago. 2013.

KREHBIEL, Keith. *Information and legislative organization*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1992. (Michigan Studies in Political Analysis).

KU, Gyotae; KAID, Lynda Lee; PFAU, Michael. The impact of web site campaigning on traditional news media and public information processing. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, [s. l.], v. 80, n. 3, p. 528-547, Sept. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1177/107769900308000304>.

LEGISLATIVE information. In: GEMET Thesaurus. [S. l.: s. n., 20--?]. Disponível em: <http://www.vocabularyserver.com/gemet/en/index.php?tema=4762>. Acesso em: 24 mar. 2021.

LOCKE, John. *Second treatise of government*. [S. l.: Gutenberg], 2010. E-book. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/7370/7370-h/7370-h.htm>. Acesso em: 24 mar. 2021.

_____. *Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil*. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. (Coleção Pensamento Urbano).

MALTZMAN, Forrest. *Competing principals: committees, parties, and the organization of Congress*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2001.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. (Biblioteca de Ciências Sociais).

_____. *Cidadania e classe social*. Edição de Walter Costa Porto. 2. ed. Brasília, DF: Senado Federal: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002. (Leituras sobre a Cidadania, 1).

MCGINNIS, John O. Federalism as a discovery process and a catalyst for humility. *Harvard Journal of Law and Public Policy*, [s. l.], v. 35, n. 1, p. 115-120, 2012. Disponível em: https://www.harvard-jlpp.com/wp-content/uploads/sites/21/2013/10/35_1_115_McGinnis-1.pdf. Acesso em: 25 mar. 2021.

MILLER, Robert; PELIZZO, Riccardo; STAPENHURST, Rick. *Parliamentary libraries, institutes and offices: the sources of parliamentary information*. Washington, DC: World Bank Institute, 2004. (Series on Contemporary Issues in Parliamentary Development). Disponível em: <https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/346101468166153612/parliamentary-libraries-institutes-and-offices-the-sources-of-parliamentary-information>. Acesso em: 24 mar. 2021.

MIRANDA, Roberto Campos da Rocha (org.). *Informação e conhecimento no Legislativo*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. (Série Relatos de Pesquisa, n. 2). Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/542>. Acesso em: 24 mar. 2021.

_____. O uso da informação na formulação de ações estratégicas pelas empresas. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 28, n. 3, p. 286-292, set./dez. 1999. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19651999000300006>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000300006&lng=pt&lng=pt. Acesso em: 24 mar. 2021.

MIRANDA, Roberto Campos da Rocha; PAZ, Calíope Maria Melo; CINNANTI, Cristina Jacobson Jácomo; CARDOSO FILHO, Jair Cunha; OLIVEIRA, Maria Alice Gomes de; BARBOZA JÚNIOR, Olival Gomes. Informação legislativa: aspectos multiformes. In: MIRANDA, Roberto Campos da Rocha; SOUZA, João Ricardo Carvalho de (org.). *O processo legislativo, o orçamento público e a casa legislativa*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. p. 325-353. (Série Relatos de Pesquisa, n. 3). Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/13416>. Acesso em: 24 mar. 2021.

MOE, Terry M. The new economics of organization. *American Journal of Political Science*, [s. l.], v. 28, n. 4, p. 739-777, Nov. 1984. DOI: <http://dx.doi.org/10.2307/2110997>.

MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2007. (Coleção Obra Prima de cada Autor. Série Ouro).

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOURA, Victor Hugo Vieira. *As unidades de informações do Senado Federal: da informação legislativa à informação jurídica*. [S. l.: Febab, 20--?]. Disponível em: http://www.febab.org.br/integrar/palestras/victor_hugo_2.pdf. Acesso em: 24 mar. 2021.

NICOLAU, Jairo. *Sistemas eleitorais*. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

PARLIAMENTARY ASSEMBLY. *Doc. 7106.1403-16/6/94-1-E*. Information report on parliaments and media. [S. l.]: Parliamentary Assembly, 1994. Disponível em: <http://assembly.coe.int/nw/xml/XRef/X2H-Xref-ViewHTML.asp?FileID=8105&lang=EN>. Acesso em: 24 mar. 2021.

PASSOS, Edilenice. *Informação legislativa*. [S. l.: s. n., 20--?]. 19 slides. Disponível em: <http://www2.cjf.jus.br/jspui/bitstream/handle/1234/5348/No%C3%A7%C3%B5es%20de%20informa%C3%A7%C3%A3o%20legislativa.pdf?sequence=3>. Acesso em: 16 set. 2020.

POLSBY, Nelson W. Legislatures. In: GREENSTEIN, Fred I.; POLSBY, Nelson W. (ed.). *Handbook of political science: governmental institutions and processes*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1975. v. 5, p. 257-319. (Addison-Wesley Series in Political Science).

QUEIROZ, Cid Medeiros C. de. *A informação legislativa da fonte ao veículo: análise crítica sobre os processos de articulação entre a Consultoria Legislativa e a Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados*. 2007. Monografia (Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/10210>. Acesso em: 24 mar. 2021.

ROBREDO, Jaime; CUNHA, Murilo Bastos da. Aplicação de técnicas infométricas para identificar a abrangência do léxico básico que caracteriza os processos de indexação e recuperação da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 27, n. 1, p. 11-27, jan./abr. 1998. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19651998000100003>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651998000100003&lng=en&nrn=iso. Acesso em: 24 mar. 2021.

SABATIER, Paul; WHITEMAN, David. Legislative decision making and substantive policy information: models of information flow. *Legislative Studies Quarterly*, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 395-421, Aug. 1985. DOI: 10.2307/440038.

SANTOS, Fabiano; ALMEIDA, Acir. *Fundamentos informacionais do presidencialismo de coalizão*. Curitiba: Appris, 2011. (Coleção Ciências Sociais).

_____. Teoria informacional e a seleção de relatores na Câmara dos Deputados. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, p. 693-735, out./dez. 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582005000400001>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582005000400001&script=sci_arttext. Acesso em: 24 mar. 2021.

SANTOS, Fabiano; CANELLO, Júlio. Comissões permanentes, estruturas de assessoramento e o problema informacional na Câmara dos Deputados do Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, p. 1.127-1.168, out./dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/001152582016109>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582016000401127&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 24 mar. 2021.

SANTOS, Fabiano. O legislativo em busca de informação: um estudo da estrutura de assessoria da Câmara dos Deputados. *Texto para Discussão*, Rio de Janeiro, n. 1.958, p. 1-37, abr. 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=22244. Acesso em: 24 mar. 2021.

SCHMITTER, Philippe C. Reflexões sobre o conceito de política. In: NICHOLSON, Peter; SCHMITTER, Philippe C. *Política e ciência política*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1982. p. 29-35. (Cadernos da UnB, 2).

TAROUCO, Gabriela da Silva. Governança eleitoral: incentivos institucionais e competição partidária. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 8., 2012, Gramado. [Anais]. Rio de Janeiro: ABCP, 2012.

TASIC, Slavisa. The modern growth of government springs more from ideas than from vested interests. *The Independent Review*, [Oakland], v. 14, n. 4, p. 549-568, 2010. Disponível em: <https://www.independent.org/publications/tir/article.asp?id=778>. Acesso em: 24 mar. 2021.

THE VALUE of information. In: IA. [S. l.], Aug. 31, 2009. Disponível em: <http://ia.net/blog/the-value-of-information>. Acesso em: 24 mar. 2021.

WEINGAST, Barry R.; MARSHALL, William J. The industrial organization of Congress; or, why legislatures, like firms, are not organized as markets. *Journal of Political Economy*, [s. l.], v. 96, n. 1, p. 132-163, Feb. 1988. DOI: <https://doi.org/10.1086/261528>.